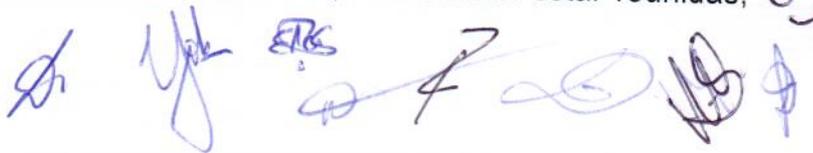


Ata Nº 547 – Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte, às nove horas, via Skype, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC**. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Douglas Schwolk Fontan Aguirre, Luciano Pedro Estevão, Bruno Figueredo Arceno, Leandro Teixeira Ghilardi, Josiane Hoepers, Cátia Cristine Purnhagen Franzoi, Marilene Severino Cardoso, Ellacyane Cardoso Soares Rocha, Yolanda Irene Keller Boia, Regina Dal Bem, Patricia da Costa Oliveira, Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel. Estava presente o conselheiro tutelar Paulo Cavalcante, representando o Conselho Tutelar e Kelly Spricigo, representante da ONG Vidas Recicladas – Casa das Anas. Pauta 01: Aprovação da Ata. Foram aprovadas por unanimidade as atas do dia sete de abril de dois mil e vinte e do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: E-mail do dia vinte e nove de abril, encaminhado a Associação O Vento, solicitando que fossem preenchidos os dados que estavam faltando no projeto enviado; E-mail do dia vinte e nove de abril, encaminhado ao Grupo Escoteiro Leão do Mar, enviando o Certificado de Inscrição do Projeto no CMDCA; Memorando nº12.602, do dia vinte e nove de abril, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando informações acerca dos aditivos aprovados por este conselho entre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA e a Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral e o Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC; Memorando nº12.610, do dia vinte e nove de abril, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que as entidades estão ficando sem Equipamentos de Proteção Individuais – EPI, e as mesmas não tem recursos para adquirir os produtos e estão ficando preocupados com o atendimento presencial; Memorando nº12.620, de vinte e nove de abril, encaminhado a Secretaria de Controle Governamental, solicitando informações acerca dos aditivos das entidades, AMA Litoral e NAHC, e questionando a legalidade da interferência da secretaria nas decisões do CMDCA; Memorando nº12.682, de trinta de abril, encaminhado a Secretaria de Educação, informando que este conselho deliberou que os projetos governamentais que foram aprovados para serem executados neste ano, devido à situação da pandemia, poderão ser realocados para novos projetos e encaminhados novamente para conhecimento deste conselho; forma enviados dois memorandos com o mesmo teor que o da Secretaria de Educação: Memorando nº12.683 para a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e Memorando nº12.684 para a Fundação Municipal de Esportes; E-mail do dia cinco de maio, encaminhado ao Conselho Tutelar, solicitando que os membros indicados para fazerem parte do Comitê de Escuta Especializada, deverão participar no dia cinco de maio, das quatorze às dezesseis horas, da Roda de Conversa sobre Violências Contra Crianças e Adolescentes, organizada pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM; com esse mesmo conteúdo foram enviados: Memorando nº12.972 para a Secretaria de Educação; Memorando nº12.973 para a Secretaria de Saúde e Memorando nº12.974 para a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Documentos Recebidos: Ofício nº345, de vinte e oito de abril, encaminhado pelo Conselho Tutelar, encaminhado relatório de atendimentos da conselheira Karin Schwengber; E-mail de trinta de abril, encaminhado pela Geração de Emprego e Renda – GERAR, enviando o projeto para ser analisado pela comissão; E-mail de trinta de abril, encaminhado pelo Palestrante, Consultor e Assessor Douglas Moreira, informando dos trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e dos vinte anos de mobilização do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; E-mail de trinta de abril, encaminhado pela Geração de Emprego e Renda – GERAR informando sobre jornada de trabalho neste momento de pandemia; E-mail de trinta de abril, encaminhado pela Associação Amor pra Down, enviando solicitação de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's. Quanto ao Memorando nº12.602, o Secretário de Controle Governamental, respondeu dizendo que

não houve, por parte da secretaria, qualquer deliberação quanto aos aditivos mencionados. Referente ao Memorando nº12.620, o Secretário de Controle Governamental relatou que as manifestações da Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública sobre a regularidade de parcerias firmadas nos termos da Lei nº13.019/2014, são realizadas mediante parecer, após submissão pelo órgão concedente, conforme rito administrativo já instituído pelos diversos órgãos do município que compõem o sistema municipal de controle. E informa ainda que até o momento, não emitiram qualquer parecer com o objeto mencionado. Foi entregue o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Mês de fevereiro). O presidente informou que já foi realizado o encaminhamento do processo de aditivo junto às parcerias. A conselheira Cátia disse que foi informada que o processo estava em análise na Procuradoria Jurídica. O presidente ressaltou que estas informações quem deve repassar são os gestores dos fundos porque os mesmos já devem ter recebido parecer da Secretaria de Controle Governamental. O presidente ressaltou que deve se buscar meios corretos para o desenvolvimento de qualquer ação. Falou que a Secretaria de Controle Governamental retornou aos gestores do fundo parecer informando que o pedido de aditivo encontra respaldo legal nos termos do Art. 57 da Lei nº13.019/14 e solicita colher a deliberação do CMDCA. O presidente leu na íntegra o retorno do secretário. O presidente disse que agora as entidades devem verificar essas questões com os gestores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. A conselheira Patricia falou que o aditivo da Associação AMA Litoral está em processo de finalização e o aditivo do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC está sendo formulado pela gestora da parceria. A conselheira Cátia falou que está acompanhando o processo com a gestora da sua parceria. O presidente disse que a Administração Municipal teve um olhar positivo em realizar os aditivos, que procuraram fazer os processos caminharem rapidamente, mas a Administração deve também verificar a legislação, a fundamentação de cada ação, para que não ocorram problemas com as prestações de contas. Falou que preza pela utilização correta do recurso público e contou o que aconteceu com o Bolsa Atleta. A conselheira Cátia disse entender a preocupação da Administração e disse pensar da mesma maneira, prezando a legalidade e o melhor atendimento possível para dar qualidade de vida para estas famílias. O presidente ressaltou que esta Administração é imparcial e que trabalham dentro da legalidade e de forma transparente. É uma gestão que pensa num todo. A conselheira Patricia disse que tem acesso à gestão direta da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, e que quando chegou à solicitação do CMDCA o mesmo foi encaminhado aos gestores de parcerias. Que não houve questionamento sobre as deliberações do conselho. O que aconteceu foi que este pedido veio num momento de pandemia, e que houve alguns questionamentos legais na forma de se proceder. A conselheira Cátia falou que o que angustia é a morosidade e também a falta de informações concretas. Sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, o presidente falou que os pedidos já foram realizados e que estão em processo, e que se compromete a dar um retorno sobre essa questão até sexta-feira para as entidades, se já terá data de entrega e como estará o andamento. Pauta 03: Comissão de Monitoramento e Avaliação – Devolutiva da Reunião com a Comissão de Monitoramento da Prefeitura. A conselheira Ellacyane relatou que ela e o conselheiro Mário estiveram na sala de reuniões da Secretaria da Fazenda, às dez horas, conforme agendado com a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura, mas que não houve reunião. Falou que aguardaram uns trinta minutos, e forma embora. O presidente informou que em conversa com a presidente da Comissão de Monitoramento e Avaliação ela repassou que a Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura, a mesma encaminhará os pareceres para a Secretaria de Controle Governamental e o controle interno encaminhará para o CMDCA. A presidente justificou que são duas comissões que embora tenham o mesmo fim, não devem estar reunidas,



para que o processo seja o mais parcial possível. O entendimento é de que as duas comissões não tenham contato, pois como verificarão o mesmo fim, o parecer de uma comissão não deve interferir uma na outra. A conselheira Ellacyane falou que entendeu que a reunião agendada era para fazer um alinhamento desta questão, verificar qual o papel desta comissão do conselho. A conselheira Josiane disse que a conselheira Karina pediu para informar que realmente nenhum membro desta comissão pode ter vínculo com alguma instituição que esteja conveniada com o FMDCA nos últimos cinco anos. A conselheira Irene falou sobre a dificuldade técnica para desempenhar esta função. Foram levantadas questões que já foram discutidas outras vezes. O presidente falou que verificará essa questão, porque a maior dificuldade deste conselho está sendo em formar essa comissão, visto os quesitos exigidos. Pauta 04: Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos: Projeto GERAR. A conselheira Patricia falou que analisou o projeto da GERAR e fez algumas considerações: o projeto não inclui valor global do pedido, portanto não pode ser aprovado nesse momento; os computadores e notebooks serão para uso da equipe e coordenação do projeto, qual será a garantia de que essas aulas serão ministradas aos aprendizes e outras considerações. Ressaltou que falta detalhamento do projeto. Todos os setenta e três aprendizes possuem meios eletrônicos de acesso? Qual a garantia? Todos os aprendizes residem em Balneário Camboriú? O presidente disse que algumas considerações da conselheira estão corretas e ressaltou algumas questões que não são questionáveis, pois o projeto é único, Jovem Aprendiz. O presidente levanta a questão de qual o procedimento que deve ser tomado nesta situação, visto que a destinação do recurso do fundo só se dá mediante Edital de Chamamento Público. No caso da GERAR se a mesma já tivesse Termo de Colaboração com o FMDCA poderia ser realizado um aditivo, mas a entidade não é conveniada com o fundo. Terá que ser visto se existe um recurso destinado a atender estes pedidos. Entende-se que é um recurso de parceria. Tem o valor que seria destinado para a compra dos EPI's, mas é necessário verificar se pode ser utilizado para o fim do pedido. A solução seria edital de chamamento público, mas dando abertura para todas as entidades que tiverem interesse. Sendo assim, este conselho entende não ter como realizar o repasse, primeiro porque não foi informado o valor para execução do projeto, segundo porque não existe legalidade para tal. A conselheira Patrícia sugere, diante da pandemia que estamos enfrentando, que seja realizado um novo edital de chamamento público para ações excepcionais em decorrência da pandemia, edital que chame propostas para esta situação, e a proposta do GERAR poderia se habilitar neste edital, assim como outras que queiram participar. Verifica-se o valor e definem-se os critérios de seleção. Ficou deliberado que seja realizado encaminhamento para a GERAR informando que neste momento o CMDCA não possui edital aberto, mas que lançaremos futuramente o edital para ações excepcionais em decorrência da pandemia, o qual a entidade poderá participar. Entretanto a conselheira Cátia levantou as questões das entidades e sugeriu que este recurso seja destinado para as entidades que recebem recursos, e a forma de repasse poderia ser através de aditivo. Foi colocado em votação e esse recurso será destinado às entidades conveniadas através de aditivos. O presidente verificará o valor que tem para ser utilizado e trará para a plenária. A resposta a ser realizada para a GERAR neste momento é de que não podemos atender ao pedido, pois não temos edital aberto para este fim e não há possibilidade de repasse direto para a entidade. O remanescente da ação formalização de parcerias com organizações da sociedade civil serão destinados às entidades em forma de aditivos de acordo com suas necessidades. Pauta 05: Assuntos Gerais. O Conselheiro Tutelar Paulo falou da satisfação em participar da reunião deste conselho e deixa o Conselho Tutelar a disposição para o que for necessário. A secretária informou que no decorrer da semana estará disponível na Casa dos Conselhos para assinatura das atas do mês de abril. A conselheira Marilene ressaltou a importância da participação dos membros do Comitê de Escuta Especializada na Roda



de Conversa da FECAM, na tarde de hoje, pois será o início dos estudos relativos à violência da criança e do adolescente. Nada mais havendo a tratar, eu, Patricia Humenhuk, lavro a presente ata que segue assinada pelos conselheiros presentes.

W. S. P. P. P.
Patricia C. P. P. P.
Yok

Standa P. P. P.



Ella
P. P. P. P. P.